

Macabéa

ISSN 2316-1663

Revista Eletrônica do Netli, Volume 8, Número 2, Jul.-Dez., 2019

SOCIOLINGUÍSTICA, UMA DISCIPLINA HISTÓRICA: RETROSPECTIVA, DESENVOLVIMENTOS E APLICAÇÕES



SOCIOLINGUISTICS, A HISTORICAL DISCIPLINE: RETROSPECTIVE, DEVELOPMENTS AND APPLICATIONS

JACYRA ANDRADE MOTA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, CNPq, Brasil

AMANDA DOS REIS SILVA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)
RECEBIDO EM 09/05/2019 • APROVADO EM 13/05/2019

Abstract

This article addresses Sociolinguistics, initially understanding it as a historical discipline, in accordance with Mattos e Silva (1988) discusses in relation to *lato sensu* Historical Linguistics. Its primary focus is on Variationist Sociolinguistics, as developed from William

Labov's studies in the United States. In this regard, we begin with the emergence of this branch of the linguistic studies, starting from the contributions of the dialectological studies to the configuration of a perspective that epistemologically resignifies the perception of human language as a heterogeneous system. Not only we present considerations about the conception of language for Sociolinguistics, but we also discuss the place it established for the processes of linguistic variation and change seen as central to its analysis. The different tendencies assumed by Sociolinguistics throughout its history are disclosed (cf. ECKERT, 2012). Hereupon, the history of Sociolinguistics in Brazil is discussed, as we highlight the development of the NURC Project as well as the conception and contribution of other major projects in the area, such as PEUL, in different parts of the country. Lastly, Sociolinguistics is situated in Brazil nowadays, understanding it as a diverse discipline, for which there is a plurality of perspectives in the interpretation of linguistic variation. To this end, Parametric Sociolinguistics and Educational Sociolinguistics are presented and exemplified.

Resumo

Este artigo apresenta a Sociolinguística, entendendo-a, inicialmente, como uma disciplina histórica, de acordo com o que Mattos e Silva (1988) observa com relação à Linguística Histórica *lato sensu*. Toma como enfoque principal a Sociolinguística Variacionista, tal como desenvolvida a partir dos estudos de William Labov, nos Estados Unidos. Nesse sentido, em um primeiro momento, retoma o alvorecer dessa área dos estudos linguísticos, partindo das contribuições dos estudos dialetais, para a configuração de uma perspectiva que ressignifica epistemologicamente a percepção da linguagem humana, enquanto um sistema heterogêneo. São apresentadas não somente compreensões em torno da concepção de língua para a Sociolinguística, mas ao lugar estabelecido por ela para os processos de variação e mudança linguísticas, vistos como centrais em suas análises. Expõem-se as diferentes tendências assumidas pela Sociolinguística Variacionista, ao longo de sua história (cf. ECKERT, 2012). Num segundo momento, comenta-se o histórico da Sociolinguística no Brasil, resgatando o desenvolvimento do Projeto NURC e a concepção e contribuição de outros grandes projetos da área, como o PEUL, em diferentes partes do país. Por fim, situa-se a Sociolinguística no Brasil hoje, entendendo-a como uma disciplina diversa, para qual se registra uma pluralidade de perspectivas na interpretação da variação linguística. Apresentam-se e exemplificam-se, a esse propósito, a Sociolinguística Paramétrica e a Sociolinguística Educacional.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Sociolinguistics. Linguistic variation. Linguistic change.

PALAVRAS CHAVE: Sociolinguística. Variação linguística. Mudança linguística.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa a tratar da Sociolinguística, delimitando-a e demonstrando os seus principais pressupostos teóricos, considerando, em específico, a Sociolinguística Variacionista. As reflexões que ora se apresentam integram um dossiê temático, pertinente à Linguística Histórica, cuja força motriz é a comemoração dos 30 anos do texto “Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da Linguística Histórica no Brasil”, de autoria de Rosa Virgínia Mattos e Silva (1988). Nesse sentido, cabe, primeiramente, situar a Sociolinguística enquanto uma disciplina histórica, segundo o que propõe Mattos e Silva (1988). Retomamos as palavras da autora:

(i) [...] a Linguística Histórica se define por oposição à Linguística Teórica [...]. Tal é o ponto de vista que assumirei, por isso incluí, de passagem, por enquanto, Dialectologia, Sociolinguística, história da língua, descrições sincrônicas, política linguística, etc., no campo do que chamarei de Linguística Histórica *lato sensu*. (MATTOS E SILVA, 1988, p. 86).

(ii) [...] integrar-se-á no âmbito da Linguística Histórica todo o estudo da ciência da linguagem que não se defina como tentativa de explicar e explicitar a faculdade da linguagem dos homens, fenômeno psíquico e biológico ou psico-biológico. (MATTOS E SILVA, 1988, p. 88).

(iii) [...] Linguística Histórica *lato sensu* inclui estudos lingüísticos descritivos que se desenvolveram no século XX, a partir dos estruturalismos europeus e americanos, e estudos descritivos outros, nem estruturalistas, nem gerativistas, como dialetológicos de tradição européia e sociolingüísticos [...] (MATTOS E SILVA, 1988, p. 92).

Assim, a Sociolinguística Variacionista configura-se como uma disciplina histórica, uma vez que se propõe à averiguação dos processos de variação e mudança linguísticas, descrevendo e analisando esses fenômenos com base no desempenho dos falantes e nas trocas comunicativas efetivamente realizadas por eles em um determinado contexto. Na medida em que lida com dados datados e localizados num tempo, num espaço e numa sociedade definidos, a Sociolinguística agrega-se ao que a autora define como Linguística Histórica *lato sensu*. Essa vertente, conforme retoma em 2008, é responsável pela produção tanto de atlas lingüísticos e monografias dialetais quanto dos estudos sociolingüísticos variacionistas, que, *a priori*, pautam-se na quantificação das interferências de variáveis estruturais e extralingüísticas sobre um determinado fenômeno lingüístico (MATTOS E SILVA, 2008).

No intuito de proporcionar uma visão precisa acerca dos percursos desenvolvidos pela Sociolinguística, este texto divide-se em outras três seções, além das considerações finais. Na primeira delas, exploramos o surgimento da Sociolinguística, delimitando a perspectiva variacionista, definindo o seu objeto e explicitando os seus principais contributos para a investigação da linguagem humana. Em um segundo momento, trataremos da Sociolinguística no Brasil, demonstrando a sua introdução nas universidades brasileiras, a partir do Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (NURC), e apresentando outros projetos e contribuições da Sociolinguística para a pesquisa em Linguística, no Brasil. A terceira seção, por fim, dedica-se a tratar de alguns desdobramentos da disciplina, considerando algumas outras visões, para além do ponto de vista variacionista, e expõe alguns estudos que os exemplificam.

DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA

Como dito, a preocupação central da Sociolinguística Variacionista é a observação dos usos linguísticos concretos, seus encaixamentos na estrutura linguística e suas relações com a sociedade. Essa disciplina entende, a esse propósito, os vínculos entre língua e dimensão social como intrínsecos e indissociáveis. Vê, então, que o estudo linguístico é inegavelmente social e deve pautar-se na língua efetivamente usada, apreendida das trocas linguísticas concretas, do modo como observa Labov (2008 [1972]):

Por vários anos, resisti ao termo sociolinguística, já que ele implica que pode haver uma teoria ou prática linguística bem sucedida que não é social. [...] Existe uma crescente percepção de que a base do conhecimento intersubjetivo na linguística tem de ser encontrada na fala – a língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social, este veículo de comunicação com que as pessoas discutem com seus cônjuges, brincam com seus amigos e ludibriam seus inimigos. (LABOV, 2008 [1972], p. 13).

O termo “sociolinguística” aparece em um congresso organizado por William Bright, em 1964, na Califórnia¹. Naquele momento, com a participação de nomes como o próprio William Labov, Dell Hymes, John Gumperz e outros, define-se e caracteriza-se a área como aquela responsável por demonstrar a covariação entre as variações linguísticas e sociais.

Tomar a diversidade linguística como cerne das observações, contudo, não é primazia da Sociolinguística Variacionista, haja vista os estudos dialetais, cujos movimentos consolidadores começaram em fins do século XVIII e mantiveram-se durante todo o século XIX. A Dialectologia, que se ocupa prioritariamente das relações entre a realidade linguística e o espaço geográfico, é, portanto, uma disciplina anterior à gênese da Linguística Moderna. Essa área, porém, foi ganhando novas nuances com a incorporação de princípios da própria Sociolinguística.

Destacamos, quanto aos estudos dialetais e suas ressonâncias na constituição da Sociolinguística, primeiro, a contribuição de Hugo Schuchardt, no século XIX,

que, ao partir da fala e não da escrita, admite que a mudança sonora seguiria direções variadas, diferente do que propunham os neogramáticos, para quem a mudança fonética seria regular e afetaria, de modo rígido, todos os contextos em que estivessem inseridos determinados segmentos (MATTOS E SILVA, 2008).

Em seguida, salientamos a feitura dos atlas linguísticos e aplicação do método da Geografia Linguística, iniciadas na França, com a aplicação dos questionários *in loco* e elaboração do *Atlas Linguistique de la France*, por Jules Gilliéron, com a colaboração de Edmond Edmont, como inquiridor único. Os atlas linguísticos continuam a ser elaborados e representam, em suas definições metodológicas, os avanços da Dialetoлогия ao longo do tempo, na medida que incluem a observação de dimensões sociais e agregam técnicas modernas da Cartografia e da Ciência Computacional². O testemunho da Geografia Linguística no início do século XX, paulatinamente, foi refutando as ideias firmadas pelos neogramáticos, na medida em que os registros dialetais efetuados não sustentavam as hipóteses de que a mudança atingiria todas as palavras em que se registrassem determinadas sequências sonoras, tampouco haveria uma equivalência entre territórios e conjuntos ordenados de línguas, dialetos e subdialetos (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 88-89).

Citamos a elaboração do *Linguistic Atlas of New England* (LANE) como relevante para o alvorecer da Sociolinguística Variacionista. O projeto, liderado por Hans Kurath, contemplava, em sua rede de localidades, áreas urbanas, que vão ser, inicialmente, do interesse dos estudos sociolinguísticos. E, também, pela primeira vez, incluía, sistematicamente, variáveis sociais, como faixa etária e estrato sociocultural.

Por ocasião do atlas, nove inquiridores treinados foram enviados a 431 localidades distribuídas por estados como Connecticut e Massachusetts, além de regiões de Nova York. A elaboração do atlas começa a movimentar a pesquisa sobre a diversidade linguística nos Estados Unidos, onde se firmam os grandes expoentes da Sociolinguística Variacionista.

São importantes, ainda, alguns estudos monográficos, como o trabalho de Gauchat, em 1905, na aldeia suíça de Charmey. Dentre outras contribuições, Gauchat percebeu que havia variabilidade em certas regras fonológicas conforme questões de idade e sexo dos falantes. Seus dados permitiram, por exemplo, que se iniciassem observações acerca do processo de gradação etária (haveria uma flutuação na escolha de variantes por indivíduos de faixas intermediárias entre aquelas que são escolhidas por falantes mais velhos e mais jovens) e sua relação com a mudança linguística em progresso (ROMAINE, 1999, p. 200). Possibilitaram, ainda, que se ressignificasse a ideia de uma comunidade de fala homogênea, na medida em que afirmara e comprovara que a unidade linguística em Charmey era nula (LABOV, 2008 [1972], p. 318).

Desse modo, compreende-se que esses caminhos preliminares culminam na assunção, pela Sociolinguística Variacionista, dos processos de variação e mudança linguísticas como inerentes às línguas e responsáveis pela sua reestruturação contínua, algo que nem sempre foi central nos estudos linguísticos. As ideias lançadas por essa disciplina, então, representam uma virada epistemológica na ciência da linguagem como um todo. Conforme pontua Mattos e Silva (1988), a

Sociolinguística inova ao trazer à tona argumentos diacrônicos para fenômenos sincrônicos, na medida em que associa a língua à mudança.

Assim, a Sociolinguística Variacionista firma-se em meados da década de 1960, nos Estados Unidos, propondo revisões acerca das relações entre individual e social, no que concerne aos usos linguísticos. Surge, como outras disciplinas tais como a Linguística Textual e a Análise do Discurso, em meio a debates acerca das ideias disseminadas pelas leituras do *Cours de Linguistique Générale* (*Curso de Linguística Geral*) (SAUSSURE, 2012 [1916]), notadamente aquelas que diziam respeito à língua enquanto um sistema homogêneo, à separação entre língua e fala e a assistemática dessa e os conflitos entre a ideia de mudança e estrutura linguísticas.

Nesse novo âmbito, conferiu-se ao falante um papel de agente perante a estrutura linguística. Foram propostos, com isso, novos direcionamentos para a compreensão de língua e dos fenômenos de variação e mudança, bem como foram definidos novos procedimentos teórico-metodológicos para lidar com esses processos.

Ao se estabelecer uma nova visão teórica sobre a língua, parte-se de um novo papel para o falante, que, aqui, é sociologicamente determinado, detém particularidades e está inserido no seio de uma comunidade de fala, em que é partilhado não só um sistema abstrato, mas sim usos linguísticos comuns e reações subjetivas perante as formas linguísticas encontradas (FERNÁNDEZ, 1998). Esse falante não é mais compatível com o sistema homogêneo, que lhe é exterior e imposto, não lhe cabendo criações ou modificações (SAUSSURE, 2012 [1916], p. 46).

Na medida em que o pensamento sociolinguístico se solidificou com base em múltiplas discussões e estudos, lançaram-se fundamentos, balizados em dados empíricos, que permitiram a compreensão dos processos de variação e mudança como mecanismos estruturadores do sistema. Esses fenômenos, então, passam a ser vistos como processos contínuos, sistemáticos e, por conseguinte, limitados e condicionados pela estrutura linguística e aspectos exteriores à língua.

Os trabalhos de William Labov, realizados nos anos de 1962³ e 1966⁴, nos Estados Unidos são considerados marcos para a disciplina e para a formulação de seus principais pressupostos teórico-metodológicos. O primeiro estudo é referente à observação do processo de centralização da vogal dos ditongos (aj) (existente em *white*, *right* e *twice*) e (aw) (em *house*, *out* e *doubt*), na ilha de Martha's Vineyard, estado de Massachussets.

Diferente do que se tem como padrão americano, de acordo com investigações preliminares, a exemplo dos dados registrados no LANE, era notado que nessa comunidade ocorria a centralização da vogal. Havia, assim, registros de variantes como [ɔj]/ [ɔw] e também [əj] / [əw], divergindo do padrão [aj] / [aw].

O autor tinha como interesse identificar a distribuição e frequência das variantes, controlando aspectos sociais dos informantes, como faixa etária, grupo étnico e atuação profissional, e possíveis elementos condicionantes de natureza intralinguística, como o ambiente segmental em que está inserida a variável, fatores prosódicos e o elemento lexical específico. Preocupava-se,

prioritariamente, em entender o encaixamento da variante na variedade local e no contexto social da ilha, assim como identificar as mudanças em curso nesse sistema.



A mudança linguística, a partir daí, além de ser evidenciada como um processo, passa a ser correlacionada, diretamente, à variação. A sua compreensão passa a ser feita considerando a interface entre meio social e língua. Surge, então, a necessidade de serem observadas as forças sociais que operam sobre a língua, sincronicamente. Esclarece o autor:

O ponto de vista do presente estudo é o de que não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto do passado, mas como uma força social imanente, agindo no presente vivo. (LABOV, 2008 [1972], p. 21).

No caso de Martha's Vineyard, à altura do estudo de 1962, tratava-se de uma ilha isolada do continente, tanto no sentido geográfico quanto em termos socioeconômicos. O espaço era dividido entre a Ilha Baixa, onde se localizavam pequenos vilarejos, e a Ilha Alta, área pouco povoada, onde se situavam as residências de famílias tradicionais (descendentes dos colonos ingleses), casas de veraneio, além de uma região habitada por indígenas remanescentes e ocupações de portugueses imigrantes.

Labov (2008 [1972]) informa que a ilha era marcada pelo conservadorismo linguístico, com relação às inovações disseminadas por Boston, capital do Estado. Todavia, era invadida por um grande número de turistas, no verão, os quais a deixavam durante o inverno. O turismo era a sua fonte principal de renda. Antes, porém, sobrevivia das atividades pesqueiras, bem desenvolvidas pelas famílias tradicionais, as quais já se encontravam em declínio no momento da pesquisa. Os nativos estavam sujeitos, assim, à presença dos veranistas para a economia e o desenvolvimento locais. Para eles, contudo, a sensação de dependência com relação à presença dos veranistas despertava uma série de reações de resistência cultural.

Os resultados encontrados e expostos por Labov revelaram um percentual mais elevado de centralização na fala dos habitantes das áreas rurais mais isoladas, em que a pesca ainda era a atividade central. Denotam, igualmente, o papel dos indivíduos com idade entre 30 e 45 anos, filhos dessas famílias tradicionais, no processo de centralização. Esses sujeitos também demonstravam, em sua fala, a mesma tendência de manutenção da identidade local. Os índices de centralização decrescem, entretanto, entre os indivíduos mais jovens, que não pretendiam continuar na ilha após a completude dos estudos. O traço linguístico consistia em um indício de reforço da identidade local.

O outro estudo destacado analisa o sistema sonoro do inglês falado na cidade de Nova York. Segundo Labov (2006 [1966], p. 3), a estrutura linguística

investigada apresentava-se de modo incomumente complexo, revelando mudanças em larga escala, cujo ritmo seria mais rápido do que as mudanças sociais ocorridas na comunidade.

A comunidade de fala nova-iorquina era muito mais heterogênea do que a da ilha de Martha's Vineyard. A população que, àquela época, era cerca de mil vezes maior do que a da ilha, encontrava-se estratificada em muito mais camadas sociais. A mobilidade era uma marca característica da comunidade. Tratava-se de um grande centro urbano, para onde, desde então, afluíam pessoas de todo o país e outras partes do planeta. Naquele ambiente, o autor observou os fenômenos linguísticos escolhidos segundo um espectro de aspectos sociais e contextos estilísticos. Tomou por base, sobretudo, a fala dos moradores do *Lower East Side*, área tipicamente ocupada por imigrantes e operários. Dentre as variáveis observadas, estavam a realização do /R/ final na fala de vendedores de lojas de departamentos (em contextos como "*fourth floor*").

A obra *Empirical foundations for a theory of the language change* (*Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*, 2006), de Uriel Weinreich, William Labov e Marvin Herzog, publicada em 1968, é fruto dos resultados e considerações tecidos a propósito desse segundo estudo juntamente com as pesquisas realizadas por Weinreich sobre contato linguístico em situação de bilinguismo e por Herzog sobre interação dialetal, como observa Faraco (2006, p. 12) na apresentação da tradução brasileira desse texto. Os *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística* constituem, desse modo, um texto programático e fundador da Sociolinguística Variacionista.

Dentre as principais observações dos *Fundamentos empíricos*, no sentido de uma reconfiguração na compreensão dos fenômenos linguísticos, estão comentários acerca de pesquisas geolinguísticas precedentes, cujos resultados fundamentam as ideias da disciplina que se formulava.

Como no estudo de Gauchat, esses trabalhos demonstraram que seria possível observar diretamente a mudança linguística em curso, entendendo-a como um processo. Tal compreensão advém do entendimento de que as mudanças se originam da alternância de formas, dentro de uma comunidade, podendo ou não uma delas suplantá-la: "A mudança se dá (1) à medida que um falante aprende uma forma alternativa, (2) durante o tempo em que as duas formas existem em contato dentro da sua competência e (3) quando uma das formas se torna obsoleta." (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 122). O processo de mudança passa a ser compreendido no âmbito de uma comunidade de fala, sendo operado na gramática compartilhada pelos membros desse grupo.

É importante entender que, embora toda mudança advinha de um conflito entre variantes linguísticas, nem toda variação implicará mudança. Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) apontam, destarte, dois dos princípios gerais para o estudo da mudança linguística:

A mudança linguística não deve ser identificada com deriva aleatória procedente da variação inerente na fala. [Ela] começa quando a generalização de uma alternância particular num dado

subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.

[...]

Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade. (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968], p. 125-126).

Na medida em que tecem essas correlações entre os processos de variação e mudança, os autores definem uma visão de língua que transcende o sistema estático e monolítico, tal como era preconizado pela visão saussuriana. A variação, então, passa a ser entendida como fenômeno próprio a todas as línguas humanas e que se manifesta continuamente. Cada uma das possibilidades de realização (variantes) de um determinado elemento lingüístico (variável), cultivadas dentro de uma comunidade, reflete modos de expressar a mesma informação lingüística e são reveladoras de particularidades culturais, sociais e identitárias do grupo e dos indivíduos que nele estão inseridos.

O sistema lingüístico, para a Sociolingüística Variacionista, é visto como um sistema heterogêneo, com base na ideia de que cada uma das variantes tem a sua realização controlada por um conjunto de fatores internos e externos à língua. A apreensão do sistema só pode ser feita no uso concreto de seus falantes. A língua, dessa maneira, consiste em um agregado de subsistemas, os quais servem às distintas necessidades dos falantes, nas práticas sócio comunicativas concretas, conforme Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) sintetizam:

O modelo de língua proposto aqui tem (1) estratos discretos, coexistentes, definidos pela co-ocorrência estrita, que são funcionalmente diferenciados e conjuntamente disponíveis a uma comunidade de fala; e (2) variáveis intrínsecas, definidas por co-variação com elementos lingüísticos e extralingüísticos. (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968], p. 123).

Tendo em vista o caráter complexo assumido pelo sistema lingüístico e pela mudança, sob esse escopo de análise, determinam cinco problemas que devem ser considerados no estudo da mudança. Apontam, também, direções a serem reveladas em uma teoria voltada à sua observação empírica. São eles:

- problema dos fatores condicionantes – cabe à teoria identificar o conjunto de mudanças possíveis em dada comunidade bem como as condições que proporcionam as suas ocorrências.
- Problema do encaixamento – as mudanças estão correlacionadas à estrutura lingüística, bem como à estrutura social da comunidade.
- Problema da avaliação – a teoria deve estabelecer os aspectos subjetivos implicados na realização de uma variável, em diferentes estratos sociais.

- Problema da transição – é possível observar os percursos estabelecidos por uma mudança particular e as formas em competição.
- Problema da implementação – esse problema refere-se ao centro das preocupações da teoria e reúne aspectos de todos os demais. O processo da mudança envolve estímulos estruturais e sociais e para entender os rumos que uma mudança irá seguir é preciso evidenciar os mecanismos desempenhados no sistema tanto quanto as alterações no panorama social durante o processo. São identificadas, assim, etapas gerais na ocorrência da mudança: (I) um dos traços em variação difunde-se em um grupo da comunidade; (II) atribui-se uma significação social a esse traço, associada aos valores atribuídos ao grupo; (III) a mudança é gradualmente espalhada a outros elementos do sistema; (IV) o avanço da mudança pode ser acompanhado na elevação da consciência social com relação àquela mudança específica; (V) a mudança está completa quando o traço se torna regular e perde a significação social (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968], p. 121-125).

Eckert (2012), diante do percurso estabelecido pela disciplina ao longo do século passado e dos últimos anos, identifica três diferentes ondas para os estudos empreendidos pela Sociolinguística Variacionista. Essas três ondas, todavia, não se sobrepõem ou são sucessivas: representam tendências diferentes nas pesquisas realizadas em âmbito mundial.

A primeira dessas ondas tem por base as análises empreendidas por Labov (2006 [1966]), cujos métodos e resultados foram replicados em série durante as décadas de 1960 e 1970, não somente na América do Norte e Reino Unido, mas também em países subdesenvolvidos da América Central e, até mesmo, do Oriente.

Segundo a autora esses trabalhos são responsáveis por introduzir e afirmar um empirismo quantitativo na Linguística, que dariam sustentação às questões teóricas. Essencialmente, afirma que os estudos que seguem essa tendência: “[...] established a regular pattern of socioeconomic stratification of linguistic form, with greater regional and ethnic differentiation at the lower end of the socioeconomic hierarchy as well as greater use of more widespread nonstandard forms.”⁵ (ECKERT, 2012, p. 88).

Dessa maneira, os estudos representativos do que se designa de primeira onda da Sociolinguística dedicam-se ao entendimento da variação como fruto de categorias socioeconômicas estanques. As regras variáveis estariam submissas a padrões sociais mais ou menos regulares. A mudança linguística, interesse desses trabalhos, surgiria das pressões internas no sistema linguístico, afetando, primeiro, os falantes menos assujeitados à influência da língua padrão. O significado da diversidade linguística, assim, estaria associado à estrutura econômica.

A segunda onda da Sociolinguística, por sua vez, torna questões etnográficas mais próximas do estudo da variação. As pesquisas realizadas sob esse escopo passaram a buscar interpretações para os casos de variação em categorias locais que poderiam aclarar a pertinência das categorias macroscópicas, tomadas como base durante a primeira onda, na configuração da vida de cada comunidade. Diante

da língua falada, esses trabalhos tomavam-na como expressão de uma identidade local ou de classe (ECKERT, 2012, p.91).

O foco, nesse momento, ainda eram os processos de variação enquanto potenciais desencadeadores de mudanças linguísticas. Com a preocupação etnográfica, porém, são estabelecidos novos mecanismos para avaliar tais fenômenos. Há uma maior aproximação das vivências e relações sociais desempenhadas nas comunidades, como exemplifica e explica Mendes (2017):

Um dos exemplos desses trabalhos é da própria Eckert (2000), sobre certos subgrupos em uma escola da periferia de Detroit: os *jocks*, alunos tipicamente de classe média, cuja identidade é localmente definida por sua competitividade e afiliação dos valores da escola e dos professores, e os *burnouts*, normalmente oriundos da classe trabalhadora, que rejeitam a instituição como *locus* de sua vida social e definem sua identidade com base no bairro onde moram e na ideia de urbanidade. [...] essa pesquisa mostra que certas formas linguísticas geralmente desprestigiadas [...], por serem ‘vernaculares’ [...], são formas que têm valor positivo entre os *burnouts*. Assim, tais formas linguísticas não funcionariam direta e simplesmente como índices de macrocategorias (tais como classe), mas sim de características sociais definidas na interação desses grupos localmente constituídos. (MENDES, 2017, p. 105).

Trabalhos característicos da segunda onda, então, visam a esclarecer o uso de variantes não *standard* na expressão das identidades locais ou de grupos, instaurando, na Sociolinguística, a noção de agentividade social. Segundo essa ideia, as variantes eleitas por indivíduos e comunidades não seriam apenas reflexos de grandes categorias, como classe ou gênero / sexo, mas sim fruto de suas ações socialmente determinadas.

Esses estudos, na medida em que forneceram uma perspectiva local para as categorias macroscópicas definidas e exploradas nos estudos em primeira onda, tornaram as impressões acerca dos fenômenos em variação mais situadas e concretas. Eckert (2012, p. 93) adverte, contudo, para o fato de que essas categorias continuam a ser estáticas e de que as identidades continuam associadas e igualadas ao pertencimento à determinada categoria. São, também, pesquisas quantitativas.

Os trabalhos representativos da terceira onda da Sociolinguística, nesse sentido, diferenciam-se dos precedentes por compreenderem a variação como um reflexo das identidades sociais e características das comunidades de prática em que os falantes se inserem. A esse propósito, é necessário diferenciar a noção de comunidade de fala do conceito de comunidade de prática. Segundo Freitag, Martins e Tavares (2012, p. 922), essa última seria um grupo de indivíduos que, além de partilharem os mesmos conhecimentos linguísticos e valores pertinentes à língua, interagem entre si, para replicarem e aperfeiçoarem esses elementos.

Os sujeitos pertencentes a uma comunidade de prática, assim, são vistos como conscientes de seus lugares e agem sobre a língua, modulando o seu uso através de práticas estilísticas diversas. Sob esse enfoque, o significado social da variação passa a ser visto como um traço essencial da língua. A variação é, dessa maneira, entendida como um sistema semiótico que mostra a configuração da sociedade; toda variante delimita papéis sociais.

O estilo é entendido como uma construção ideológica e, por conseguinte, os fenômenos em variação linguística passam a ser interpretados como fruto das ideologias de cada falante. A terceira onda atrela a língua à ideologia, no processo de construção de sentidos. Nesse sentido, a terceira onda da Sociolinguística propõe uma volta ao significado social da variação⁶.

A metodologia dos estudos em terceira onda visa à captura dos diferentes estilos assumidos pelos falantes em uma prática. Destarte, além da quantificação das variáveis observadas, usual nos estudos de primeira e segunda ondas, esses estudos pautam-se na obtenção dos dados a partir de observações participantes, por exemplo.

Expostas questões gerais, o surgimento da Sociolinguística Variacionista e seus desdobramentos, expomos, em seguida, questões referentes aos estudos sociolinguísticos no Brasil.

A SOCIOLINGUÍSTICA NO BRASIL: MARCOS INICIAIS

Na história dos estudos linguísticos, como observado por diversos autores e dito na seção anterior, o interesse pela diversidade diatópica antecedeu aquele direcionado à relação entre a variação linguística e as características sociais dos falantes.

Entendemos, assim, que, também no Brasil, as pesquisas dialetológicas tenham antecedido as sociolinguísticas, com uma distância temporal de quase um século e meio de diferença entre os dois tipos de abordagem, se se considera, seguindo Nascentes (1952), como marco inicial dos estudos dialetais o ano de 1826, data em que Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca, publica um capítulo para o *Atlas Ethnographique du Globe ou classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues*, atendendo à solicitação do geógrafo vêneto, Adrien Balbi (1826).

Diz Nascentes (1952):

Pode-se dividir a história dos estudos dialetológicos no Brasil em duas fases: a primeira, de 1826, ano em que o brasileiro Borges de Barros publicou um estudo no livro de Adrien Balbi, até 1920, ano da publicação do livro *O dialeto caipira* de Amadeu Amaral; a segunda, de 1920 aos nossos dias (NASCENTES, 1952, p. 181)⁷.

Quanto aos estudos sociolinguísticos, é possível admitir como marco precursor a implantação, em 1969, do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta (Projeto NURC), primeiro projeto que, embora conservasse interesse pelo levantamento de dados diatópicos e se restringisse apenas a falantes de nível universitário, já se pautava, metodologicamente, por parâmetros sociolinguísticos, como o interesse por normas urbanas, o significativo número de informantes estratificados quanto a três faixas etárias — 25 a 35 anos; 26 a 55 e de 56 anos em diante — e ao sexo, assim como o registro de amostras diversificadas quanto ao grau de espontaneidade do entrevistado — diálogo entre informante e documentador (DiD) e entre dois informantes (D2); elocuições em situações formais (EF); e elocuições sem o conhecimento prévio do entrevistados, tipo que não chegou a ser implementado, face ao regime político do país, na década de 1970.

O Projeto NURC, implantado no Brasil por Nelson Rossi, em cinco capitais brasileiras — Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre — apresenta-se como a versão brasileira do *Proyecto de Estudio del Habla Culta en las Principales Ciudades de Hispanoamerica*, que se iniciara em 1964, a partir de uma proposta de Juan M. Lope Blanch (Universidad Nacional Autónoma de México), então presidente da Comissão de Linguística e Dialectologia Ibero-Americanas (CLDI) do Programa Interamericano de Linguística e Ensino de Idiomas (PILEI).

Esse novo tipo de pesquisa continua, naquela época, identificado como Dialectologia, seguida de adjetivos como “culta”, “urbana”, como observa Lope Blanch, ao tratar da Sociolinguística e Dialectologia hispânicas: “Puede haber, pues, una dialectología del habla culta o inclusive una dialectología del habla académica”.⁸ (LOPE BLANCH, 1978, p. 36).

Com relação aos estudos dialetológicos e sociolinguísticos desenvolvidas no País, Mattos e Silva (1988), em retrospectiva da linguística no Brasil, destaca as décadas de 1960 e de 1970, a primeira pela sua importância para os estudos dialetológicos, ressaltando a publicação do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI, 1963); a segunda, pela implementação das pesquisas na linha laboviana, sobretudo na UFRJ, sob orientação de Naro, como se lê no trecho:

Creio que estarei correta se afirmar que o trabalho pioneiro de Rossi na década de sessenta, em relação à dialectologia regional, tem um seu análogo na década de setenta, com os estudos sociolinguísticos estráticos desenvolvidos por A. J. Naro e as teses e dissertações que orientou, sobretudo no Rio de Janeiro, segundo Labov e a teoria da variação. (MATTOS E SILVA, 1988, p. 105).

Scherre (1996) cita 1975 como o ano de início das pesquisas sociolinguísticas na UFRJ, referindo-se à introdução da disciplina de Teoria da Variação, por Anthony Naro, em atendimento à solicitação dos então mestrands daquela Universidade. Diz a autora, à propósito dessa época:

Ali, naquele momento, estava plantada a semente de pesquisas variacionistas sobre o português falado no Brasil, que germinou através de inúmeras dissertações de mestrado e de doutorado sob a sua [referindo-se a Naro] orientação e que floresceu plenamente através da formação de um grupo de pesquisa, sob sua coordenação, com base, inicialmente, nos princípios teóricos e metodológicos da Sociolinguística laboviana, denominada também de Teoria da Variação (Laboviana) ou de Sociolinguística Quantitativa (SCHERRE, 1996, p. 29-30).

A CONTRIBUIÇÃO DO PROJETO NURC PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS NO BRASIL

A implantação, em 1969, de um projeto de estudo de falares urbanos, com registros de informantes estratificados quanto a fatores sociais (sexo e faixa etária) e estilísticos (registros de fala, em diferentes situações) despertou o interesse dos pesquisadores para outros tipos de variação, além da diatópica, servindo de modelo para projetos semelhantes que se constituíram em outras áreas brasileiras.

Possibilitou, assim, um representativo número de pesquisas, que, desde então, vem sendo apresentadas em teses, dissertações, monografias, artigos, contribuindo para o maior conhecimento sobre o português do Brasil.

Os registros de fala do Projeto NURC, nas cinco capitais brasileiras, constituem ainda um representativo acervo de dados, que é utilizado como base de análises por diversos pesquisadores. Amostras dos três tipos de texto foram publicadas pelas diversas equipes, encontrando-se algumas, atualmente, também *on line*.

Com o objetivo de obter dados para análises em tempo real de curta duração, em estudos do tipo painel ou do tipo tendência, como sugere Labov (1994), as equipes responsáveis pelo Projeto NURC, no Rio de Janeiro e em Salvador, constituíram, na década de 90 do século passado, *corpora* com a mesma metodologia, voltando aos mesmos informantes do *corpus* de 1970 ou constituindo outra amostra, com informantes com o mesmo perfil.

A metodologia do Projeto NURC tem sido replicada, algumas vezes, na constituição de *corpora* semelhantes em localidades que, por razões metodológicas, não participaram do Projeto ou tem inspirado a ampliação de fatores a considerar, como níveis de escolaridade e faixas etárias não contempladas pelo Projeto NURC, como é exemplificado a seguir.

O interesse em complementar os dados do Projeto NURC para a ampliação do conhecimento sobre a realidade do português do Brasil é explicitado por Scherre (1996, p. 31), no trecho em que se refere ao Projeto Censo da Variação Lingüística no Estado do Rio de Janeiro, constituído em 1980. Em um *Breve histórico do Programa de Estudos sobre o uso da língua*, a autora comenta:

O principal objetivo deste grupo de pesquisa era a busca da norma não culta do português falado no Brasil, uma vez que, antes mesmo de sua existência, já estava em funcionamento o grupo de pesquisa NURC, cujo objetivo principal era a busca da norma urbana culta.” (SCHERRE, 1996, p. 31).

Em busca desse objetivo, o Projeto Censo — que, a partir de 1987, passou a identificar-se como Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL) — constituiu uma amostra de 48 falantes, estratificados em sexo, em três faixas etárias — 15 a 25 anos, 26 a 49 anos e de 50 anos em diante — e em três níveis de escolaridade — 1^a. a 4^a. série, que, à época era identificada como curso primário, 5^a. a 8^a. série ou o chamado ginásio, e entre a 9^a. e a 11^a. séries, ou 2^o grau.

As duas perspectivas — fornecer amostras não só de falantes com alto grau de escolaridade mas incluir, também, falantes com menor grau de escolaridade ou sem escolaridade — são contempladas pelo Projeto de estudo da Variação Lingüística no Estado da Paraíba (VALPB), iniciado em 1993, com dados de João Pessoa, sob a coordenação de Dermeval da Hora (UFPB). Esse Projeto contou com o registro de cinco grupos de escolaridade — falantes com mais de 11 anos de escolarização, com escolaridade entre um e quatro, cinco e oito, nove e 11 anos e indivíduos não escolarizados — distribuídos nas faixas etárias: 15 a 25, 26 a 49 e mais de 50 anos.⁹

Em Fortaleza, os dados de falantes de nível universitário e daqueles com menor grau de escolaridade distribuem-se por dois projetos: o Projeto de estudo do Português Oral Culto de Fortaleza (PORCUFORT), iniciado, em 1991, por José Lemos Monteiro (UECE), que o coordenou até 1993, e o Projeto de estudo da Norma Oral do Português Popular de Fortaleza (NORPOFOR), desenvolvido a partir de 2003, também na Universidade Estadual do Ceará, sob a coordenação de Aluiza Alves de Araújo.

O PORCUFORT adotou “os mesmos procedimentos utilizados pelo NURC na seleção dos informantes e na coleta dos dados”, como observa Araújo (2011, p. 836); o NORPOFOR constituiu-se com o registro de falantes não universitários, com escolaridades de zero a quatro, de cinco a oito e de 9 a 11 anos, distribuídos por três faixas etárias: 15 a 25 anos, 26 a 49 e mais de 60 anos.

A complementação dos dados registrados pelo Projeto NURC em Salvador vem a ocorrer, em 1998, com a implantação do Programa de Estudos sobre o Português Popular Falado de Salvador (PEPP), desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia, sob a coordenação de Norma da Silva Lopes, e, em 2008, com a constituição do “Acervo de Fala Vernácula do Português Popular de Salvador”, terceira etapa do Projeto Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia (Projeto VERTENTES)¹⁰, coordenado por Dante Lucchesi.

O *corpus* do PEPP é constituído por informantes dos dois sexos, distribuídos por quatro faixas etárias — 15 a 24 anos, 25 a 35 anos, 45 a 55 anos e 65 anos em diante — e dois níveis de escolaridade — 1 a 4 anos e 11 anos (LOPES; BORGES DE SOUZA; MONTEIRO DE SOUZA, 2009).

O “Acervo de Fala Vernácula do Português Popular de Salvador” traz documentação de falantes dos dois sexos, de três faixas etárias — 25 a 35 anos, 35 a 45 anos e mais de 65 anos — com zero a quatro anos de escolaridade, naturais dos bairros de Liberdade, Plataforma e Itapuã, ou residentes há mais de 10 anos, no caso dos mais jovens, ou 15 anos, com relação aos demais, em Cajazeiras e Lauro de Freitas (município da Região Metropolitana de Salvador), áreas de formação mais recente.

Reunindo interesse sociolinguístico e dialetológico, começou-se a implementar, em 1984, o Projeto de estudo da Variação Linguística na Região Sul do Brasil (VARISUL), com participação de pesquisadores de três grupos de pesquisa: Atlas Lingüístico e Etnográfico, Bilingüismo e Variação Lingüística.

Como observam Bisol, Menon e Tasca, no *site* do Projeto VARISUL: “A idéia era desenvolver pesquisas na linha do Projeto Censo de Variação Lingüística do Estado do Rio de Janeiro, conhecido atualmente como PEUL, coordenado por Anthony Naro”.

Os *corpora* constituídos pelo VARISUL, como amostras da população urbana, nos três Estados da Região Sul, foram estratificados quanto ao sexo, escolaridade — de 1 a 4 anos, de 5 a 8 anos e de 9 a 11 anos de escolaridade — e idade — de 25 a 50 anos e acima de 50. Mas, como ressaltam Bisol, Menon e Tasca, no *site* citado:

Vale salientar que o Banco VARISUL vem sendo constantemente ampliado com o acréscimo de novas amostras em todas as sedes. À amostra básica, constituída de informantes sem curso superior, distribuídos por grau de escolaridade, sexo e faixa etária (acima de 25 anos), outras vêm sendo acrescidas, contemplando novas regiões, diferentes faixas etárias, bem como níveis de escolaridade.

O VARISUL, além de possibilitar inúmeras análises nas três áreas de estudo que priorizou, forneceu, no campo da Geolinguística, dados para a elaboração do *Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul do Brasil* (KOCH; KLASSMANN; ALTENHOFEN, 2002; ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2011).

A SOCIOLINGÜÍSTICA NO BRASIL HOJE: DESENVOLVIMENTOS E APLICAÇÕES

A língua, por si, constitui-se num fenômeno complexo, passível de análise sob diferentes vieses. Na medida em que a Sociolinguística inaugura uma possibilidade de tomá-la em sua complexidade e heterogeneidade, agregando a dinamicidade à sistematicidade e tomando os processos linguísticos sob as perspectivas histórica e sincrônica, são estabelecidas diversas questões a serem respondidas. Sobre isto, comentam Mollica e Ferrarezi Jr. (2016):

A Sociolinguística abre a possibilidade de se apreenderem, de maneira refinada, os processos linguísticos em trajetória histórica, em uma ou muitas sincronias, produzidos por falantes noviços e maduros, em situações de contato, interação ou isolamento. Destarte, descortina-se um elenco de questões e possibilidades metodológicas, de poder descritivo e explicativo satisfatório, suficientes e cientificamente convincentes, dando espaço para o entendimento ainda mais acurado sobre mecanismos sociocognitivos da linguagem, socioantropológicos e que tais. (MOLLICA; FERRAREZI JR., 2016, p. 10).

À vista dessa diversidade de pontos de vistas e do amplo espaço galgado pela Sociolinguística, hoje, é possível afirmar que os estudos que tomam a variação e a mudança linguísticas como cerne de suas observações firmam-se para além da possibilidade variacionista. A Sociolinguística, atualmente, é um terreno fértil onde são cultivadas diferentes orientações de pesquisa.

Na coletânea *Sociolinguística, sociolinguísticas: uma introdução* (MOLLICA; FERRAREZI JR., 2016), são apresentadas as seguintes tendências, que contemplam a percepção da língua como um sistema heterogêneo e variável: a Dialetoлогия, a Sociolinguística Paramétrica, o Sociofuncionalismo, a Crioulística, a Ecolinguística, a Sociolinguística Interacional e a Sociolinguística Educacional. Além dessas, são expostos diferentes temas de interesse dos estudos sociolinguísticos, como o estudo da mudança linguística, as línguas de herança, as línguas indígenas, as redes sociais e a formação docente. Ademais, são tratadas relações entre a Sociolinguística e outras disciplinas, como a Pragmática, a Análise de Discurso e a Linguística de Texto. No Brasil, essas distintas possibilidades são alvos de trabalhos desenvolvidos em programas de pós-graduação e ocupam pautas de discussões nos encontros das associações de linguística.

De modo a ilustrar a variabilidade de posições e aplicações da Sociolinguística no Brasil, hoje, tratamos de duas possibilidades. A primeira delas, a Sociolinguística Paramétrica, surge da proposta de Tarallo (1985) de uma leitura parametrizada dos resultados apresentados para fenômenos fonológicos e sintáticos em variação no francês canadense, no espanhol das Américas e no português do Brasil, vistos sob a ótica variacionista. A intenção, àquela altura, era demonstrar a compatibilidade entre o dispositivo teórico-metodológico da Sociolinguística e o modelo de Princípios e Parâmetros¹¹, do Programa de Investigação Gerativista, de Chomsky.

Dessa forma, a Sociolinguística Paramétrica, em seu momento inaugural, alegava a complementariedade dos modelos, uma vez que, partindo do que descrevem Weinreich, Labov e Herzog (2006 [1968]) sobre o problema dos fatores condicionantes, as mesmas variáveis que regulariam os processos de variação controlariam potenciais mudanças em uma dada gramática, as quais implicariam em alteração na marcação dos valores de parâmetros. Assim, de acordo com Duarte (2016), essa vertente toma como objeto observacional justamente a observação de como se dá tal mudança, como uma língua deixa de ter ou passa a ter determinado valor paramétrico.

No Brasil, vêm ganhando destaque os estudos referentes à realização do sujeito pronominal no português brasileiro. Os trabalhos partem da premissa de que haveria uma mudança envolvendo a remarcação do Parâmetro do Sujeito Nulo nessa língua, a qual estaria associada a alterações na morfologia flexional. Sob o viés socioparamétrico, as línguas poderiam variar: (i) qualitativamente – exibindo ou não o valor de um parâmetro marcado, como, por exemplo, o francês (*Il pleut*), cujo valor é negativo para o Parâmetro do Sujeito Nulo, e o italiano (*pro*¹²*Piove*), que apresenta o parâmetro marcado; (ii) quantitativamente, variando quanto à frequência de marcação do parâmetro, como demonstram o italiano (*Piove / Mangiato la torta hie*) e o português brasileiro (*Chove / Eu comi a torta ontem*), havendo marcação positiva do parâmetro para as duas línguas, mas maior oscilação no português do Brasil quanto ao preenchimento do sujeito (BRITTO et al, 2002).

Exemplifica a perspectiva socioparamétrica, dentre outros estudos, o trabalho de Lucchesi (2009). Para o autor, o Parâmetro do Sujeito Nulo, ou parâmetro *pro-drop*, pode manifestar-se nas línguas de modos distintos: (i) sujeitos nulos referenciais¹³ (*Fomos à praia ontem x *Allons à la plage hier*); (ii) sujeitos nulos expletivos (*Choveu ontem x *A plu hier*) e (iii) inversão da ordem sujeito-verbo (*Chegaram os hóspedes x *Sont arrivés les invités*). Acredita que o português brasileiro – em específico as variedades mais marcadas pelo massivo contato entre povos e línguas e aquisição defectiva por parte da população aloglota – estaria passando por um processo de mudança, haja vista o fato de as perdas na morfologia flexional tornarem impossível o licenciamento do parâmetro, atingindo, sobretudo, os sujeitos referenciais.

Parte da fala de indivíduos nativos de três comunidades rurais afro-brasileiras isoladas (Helvécia, Cinzento e Barra/ Bananal). Estabelece uma variável dependente binária, contrastando ocorrências de sujeitos referenciais pronominais / lexicais (3344 ocorrências; 73% dos casos) e sujeitos referenciais nulos (1255 ocorrências; 27% dos casos). Diante dos resultados, é notada a menor expressividade dos sujeitos nulos na variedade afro-brasileira, porém, em comparação a outros trabalhos, realizados com base na norma culta, o autor entende que não há uma proeminência dessas variedades na implementação da mudança, uma vez que os resultados são semelhantes. Em observação ao encaixamento linguístico do processo, nota que, de fato, se não há marcas flexionais, o sujeito nulo é mais refratário, sendo as categorias vazias favorecidas, por exemplo, pelo traço semântico de animacidade do sujeito. Sobre o encaixamento social, os resultados são inconclusivos, uma vez que a ferramenta estatística só selecionou como relevantes o sexo dos informantes e a estadia fora da comunidade.

Outra perspectiva de estudo que ora apresentamos é a da Sociolinguística Educacional. Essa área é delimitada por Bortoni-Ricardo (2012), que a entende como uma tentativa de aplicação de resultados das pesquisas sociolinguísticas para a solução de problemas efetivamente encontrados em salas de aula.

Os pesquisadores da área consideram que o ensino de língua portuguesa no Brasil é atravessado por problemas atinentes à imposição de uma norma padrão, artificial e dissociada da realidade dos estudantes, gerando neles a sensação de que

são incapazes de “aprender” e “utilizar” a sua língua materna. Essa imposição é somada a práticas pedagógicas que visam mais à memorização de nomenclaturas, análises de sentenças simuladas e exercícios que tomam o texto como pretexto do que ao desenvolvimento de potencialidades de utilização da língua pelos alunos em situações cotidianas. Ademais, conforme a autora, em obra de 2014:

O Brasil, além dos problemas seculares da deficiência da educação, desenvolveu novos problemas decorrentes de falácias construídas por leituras aligeiradas dos próprios textos técnicos da área de Sociolinguística. A principal delas é a crença de que não deveriam os professores intervir na correção dos chamados erros gramaticais [...]. (BORTONI-RICARDO, 2014, p. 158).

Desse modo, a Sociolinguística Educacional prioriza fenômenos de variação e mudança linguísticas que repercutem no processo escolar, tendo como alvos a escola e o ensino de língua. Conforme Cyranka (2016), essa vertente da Sociolinguística propõe levar a discussão sobre a diversidade linguística para a sala de aula, não somente dando consciência aos estudantes sobre a vivacidade do português e suas variedades sociais, dialetais e contextuais, mas sim proporcionando-lhes uma educação em língua materna voltada para o desenvolvimento da competência comunicativa, isto é, dotando-lhes de uma capacidade de percorrer as diferentes modalidades de uso da língua, nas distintas situações sócio comunicativas nas quais interagem. Para isso, cabe à Sociolinguística Educacional, inicialmente, conhecer as realidades culturais e sociolinguísticas dos aprendizes, por meio do levantamento e análise das variáveis identificadas na escola.

Ilustra essa perspectiva o trabalho de Simões e Soares (2015). As autoras analisam aspectos referentes à concordância nominal de número na fala infantil e questionam suas implicações para o ensino de língua portuguesa. Assim, estabelecem uma variável binária, averiguando a variante padrão (“Onde você quer colocar *as maçãs?*”) e a variante vernacular (“[...] ele tinha *as asinha* e o corpo verde...”), a partir da fala de cinco crianças, entre quatro e nove anos, numa escola privada em Porto Alegre.

Para tanto, eram produzidas narrativas, mediante a interação entre a criança e o entrevistador (relato pessoal, história ficcional e histórias em sequência, mediante imagens). Dos resultados, observam que há mais marcas de concordância nos núcleos dos sintagmas nominais quando as crianças estão contando histórias (peso relativo de 0,59), em face dos relatos pessoais (peso relativo de 0,39). Essas marcas são mais escassas antes do processo de alfabetização, na fala de crianças mais novas (0,34), do que depois (0,55), o que revela o papel da escolarização na fixação da variante padrão.

Houve o controle de outros fatores como a ocupação da mãe e a região de moradia da criança. As crianças que moram em áreas mais urbanas tendem a apresentar mais marcas em face daquelas que moram em locais mais afastados do centro de Porto Alegre. No que concerne à ocupação da mãe, as crianças cujas mães

tinham ocupação formal explicitaram mais marcas de plural (0,59) diante daquelas cujas mães exerciam trabalhos informais (0,08).

As autoras ressaltam a importância desses resultados para a escolarização em língua portuguesa, na medida em que a escola precisa estar ciente dessas realidades e fomentar práticas efetivas em que as crianças moldem seus discursos às necessidades comunicativas, mas não desconsiderem as suas variedades maternas e fomentem estigmas, que dificultem o seu acesso às variantes padrão. Concluem:

A escola, juntamente com a sociedade que a abriga, precisa estar preparada para essas questões de forma a ampliar o acesso à cultura escrita. Os filhos de algumas famílias, no que toca à variação da fala, precisam menos dessa escola, já ao chegar do que os de outras: assim, essa escola almejada é condição fundamental de equidade, no que toca à linguagem, em nosso país. (SIMÕES; SOARES, 2015).

Expostos esses desenvolvimentos e aplicações da Sociolinguística no Brasil, passamos, adiante, a tecer as considerações finais deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratou-se, neste artigo, da Sociolinguística, entendida, aqui, como uma disciplina, hoje plural, que concebe a língua enquanto um sistema heterogêneo e toma os processos de variação e mudança linguísticas como cerne de suas análises. Nesse sentido, os estudos sociolinguísticos partem da realidade de falantes socialmente situados, entendendo como centrais em suas análises suas identidades e as práticas de interação que estabelecem no cotidiano. A língua, tal como utilizada por esses sujeitos, é, portanto, o objeto da Sociolinguística.

Partimos, então, da delimitação da Sociolinguística Variacionista no panorama dos estudos linguísticos, revisitando importantes momentos de sua história, como a produção dos estudos de Labov e a publicação dos *Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística* (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]). Do desenvolvimento da perspectiva variacionista e de suas principais preocupações, foram delineadas, por Eckert (2012), três diferentes tendências. A Sociolinguística Variacionista parte, então, de uma postura mais quantitativa para uma perspectiva mais interacional.

No Brasil, identificamos a implementação dos estudos sociolinguísticos, a partir de desdobramentos dos estudos dialetais. O Projeto NURC, a esse propósito, é considerado um expoente não somente por ter sido a partir dele que se fundaram preocupações variacionistas no país, mas principalmente por ter fomentado a configuração de outros projetos, como o PEUL, o VALPB, o VARSUL, dentre outros citados. Atualmente, muitos desses projetos continuam operantes e são responsáveis pelo entendimento da situação sociolinguística do português do Brasil.

Apresentamos a diversidade de posturas assumidas pela Sociolinguística no país, demonstrando a vitalidade da disciplina e os diálogos que ela estabelece com outras áreas do conhecimento sobre a linguagem humana. Essa diversidade foi exemplificada por meio da exposição de trabalhos feitos sob o prisma da Sociolinguística Paramétrica e da Sociolinguística Educacional.

Aqui, concluímos que a Sociolinguística no Brasil se encontra atuante e vem apresentando inovações não só no sentido de um maior conhecimento sobre a realidade da língua majoritariamente falada no país, mas também no que concerne à incorporação de novas preocupações e interfaces com outras disciplinas. Tratando, especificamente, da relação entre a Sociolinguística e a Dialetologia – disciplina que, de alguma forma, fomentou os estudos sociolinguísticos – encontram-se pesquisas recentes, como as do Atlas Linguístico do Brasil, que, embora não disponham de *corpora* significativamente representativos, do ponto de vista do número de variáveis sociais e de informantes considerados, face ao interesse primordial pela diatopia, podem apontar tendências a serem posteriormente confirmadas em pesquisas posteriores. Dessa confluência, esperamos que se beneficiem as pesquisas sobre a variação linguística no Brasil, apontando para o que se poderia denominar Geossociolinguística.

Não obstante, das relações com outras disciplinas, em específico aquelas que tomam elementos acima do nível da frase (como a Pragmática, a Análise de Discurso e a Linguística de Texto), esperamos que os estudos sociolinguísticos tragam saberes renovados, que fomentem novas perspectivas para o estudo e o ensino de língua portuguesa. Dessa forma, acreditamos que, mais do que uma disciplina histórica, a Sociolinguística, hoje, tem potencial para ser uma disciplina aplicada, na medida em que proporciona a solução de problemas concretos com relação ao ensino-aprendizagem de língua, oportunizando uma formação para o desenvolvimento da competência comunicativa.

Notas

¹ O termo aparece, pela primeira vez, em 1952, em *A projection of socio-linguistics: The relationship of speech to social status*, texto de autoria de Haver C. Currie (Universidade de Houston), publicado em *Southern Speech Journal*, 18, p. 28- 37.

² O Brasil, por exemplo, conta com onze atlas regionais publicados – *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (1963), *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais* (1967), *Atlas Lingüístico da Paraíba* (1984), *Atlas Lingüístico de Sergipe* (1987), *Atlas Lingüístico do Paraná* (1994), *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil* (2002), *Atlas Lingüístico-Sonoro do Pará* (2004), *Atlas Lingüístico de Sergipe II* (2005), *Atlas Lingüístico do Mato Grosso do Sul* (2007), *Atlas Linguístico do Ceará* (2010), *Atlas Linguístico do Amapá* (2017) –, além de dois volumes do atlas nacional, o *Atlas Linguístico do Brasil* (2014), que tem outros volumes em elaboração, e de vários atlas em andamento.

³ O estudo elaborado em 1962, como trabalho de mestrado do autor, teve uma primeira versão publicada no ano seguinte. Posteriormente, em 1972, foi publicado no livro *Sociolinguistic patterns*, cuja tradução brasileira, *Padrões sociolinguísticos* (2008), serve de referência a este artigo.

⁴ Publicado em 1966, *The social stratification of english in New York City*, foi constituído a partir da tese do autor, apresentada em 1964, na Universidade de Columbia. A sua segunda edição, datada de 2006, bem como as considerações acerca do trabalho, presentes em *Padrões sociolinguísticos*, são fonte das informações aqui expostas.

⁵ “[...] estabeleceram um padrão regular da estratificação socioeconômica das formas linguísticas, com maior diferenciação étnica e regional para o estrato mais baixo da hierarquia socioeconômica, bem como o maior uso de formas não padronizadas mais difundidas.” (ECKERT, 2012, p. 88, tradução nossa).

⁶ De acordo com Mendes (2017, p. 103), essa ideia de retorno deve-se ao fato de que a Sociolinguística surge com tais propósitos, como demonstra o trabalho de Labov na ilha de Martha’s Vineyard. Porém, com a replicação da metodologia quantitativa, baseada em macrocategorias sociais, a disciplina acaba por deixar tais interesses apartados das análises.

⁷ No original: “On peut diviser l’histoire des études dialectologiques au Brésil en deux phases: la première, de 1826, année dans laquelle le brésilien Borges de Barros fait paraître une étude dans le livre d’Adrien Balbi, jusqu’à 1920, année de la publication du livre *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral; la deuxième, de 1920 à nos jours.” (NASCENTES, 1952, p. 181).

⁸ Pode haver, portanto, uma Dialectologia da fala culta, inclusive da fala acadêmica.

⁹ A transcrição dos inquéritos está publicada em Hora e Pedrosa (2001). Segundo os autores, “Os dados foram transcritos e posteriormente armazenados eletronicamente” (HORA; PEDROSA, 2001, p. 7).

¹⁰ Iniciado em 2002, O Projeto VERTENTES documentou, nas duas etapas anteriores, comunidades rurais do interior do Estado da Bahia, “algumas remanescentes de antigos quilombos”. (PROJETO VERTENTES, 2019).

¹¹ Para esse modelo, haveria um estágio inicial no processo de aquisição da linguagem, que equivaleria ao conhecimento inato do homem sobre a linguagem, o qual é designado *Gramática Universal* (UG, do inglês *Universal Grammar*). A UG seria composta de Princípios, aspectos gerais a todas as línguas, e Parâmetros sem valores estabelecidos. Os Parâmetros seriam responsáveis por marcar a diferença entre as línguas seriam as informações específicas, marcadas positivamente ou não, durante o processo de aquisição (CHOMSKY, 2005).

¹² Pronome fraco; categoria vazia, cuja referência é recuperada mediante a flexão verbal. Em línguas de morfologia fraca, essa categoria seria inexistente e o preenchimento do sujeito obrigatório.

¹³ Os exemplos contemplam sempre uma sentença do português brasileiro e uma estrutura agramatical para o francês, língua negativa para o parâmetro do sujeito nulo.

Referências

ALTENHOFEN, Cleo V.; KLASSMANN, Mário S. (Org.). **Atlas Linguístico Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)**. v. I - Cartas fonético-fonológicas. 2. ed., v. II - Cartas Semântico-Lexicais. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: UFRGS/ UFSC/UFPR, 2011.

AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. São Paulo: HUICITEC; Secretaria de Ciência e Tecnologia, 1976.

ARAÚJO, Aluiza Alves de. O Projeto norma oral do português popular de Fortaleza – NORPOFOR. In: XV Congresso Nacional de Linguística e Filologia. Cadernos do CNLF, **Anais...** v. XV, n. 5, t. 1. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2011. p. 835 – 845. Disponível em www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/72.pdf. Acesso em 04.abr.2019.



ARAÚJO, Aluiza Alves de; VIANA, Rakel B. de Macêdo; PEREIRA, Maria Lidianne de Sousa. O Projeto Descrição do português oral culto de Fortaleza - PORCUFORT: das origens aos dias atuais. **Sociodialeto**, v. 8, n. 24, p. 181, mar 2018. Disponível em <http://sociodialeto.ojs.galoa.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/39/91>. Acesso em 27. Abr.2019.

BALBI, Adrien. **Atlas ethnographique du Globe**, ou, Classification des peuples anciens et modernes d'après leurs langues : précédé d'un discours sur l'utilité et l'importance de l'étude des langues appliquée a plusieurs branches des connaissances humaines (...): avec environ sept cents vocabulaires des principaux idiomes connus, et suivi du tableau physique, moral et politique des cinq parties du monde : dédié à S.M. l'Empereur Alexandre. Paris: Chez Rey et Gravier, 1826.

BISOL, Leda; MENON, Odete P. da Silva; TASCA, Maria. **Varsul**: um Banco de Dados. Disponível em <http://www.varsul.org.br/?modulo=secao&id=9>. Acesso em 01 abr. 2019.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna**: a Sociolinguística na sala de aula. 1.ed. 6. reimp. São Paulo: Parábola, 2012.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

BRITTO, Helena de S.; KATO, Mary; NASCIMENTO, Milton do; NICOLAU, Eunice; BERLINCK, Rosane. Padrões de predicação no português falado no Brasil. In: KATO, Mary (Org.). **Gramática do Português Falado**: volume V, convergências. 2.ed. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 205-269.

CHOMSKY, Noam. **Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente**. Trad. de Marco Antônio Sant'Anna. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CYRANKA, Lúcia. Sociolinguística aplicada à educação. In: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sociolinguística, sociolinguísticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016. p. 166-176.

DUARTE, Maria Eugênia. Sociolinguística "Paramétrica". In: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sociolinguística, sociolinguísticas**: uma introdução. São Paulo: Contexto, 2016. p. 33-44.

ECKERT, Penélope. Three Waves of Variation Study: The Emergence of Meaning in the Study of Sociolinguistic Variation. **Annual reviews**, v.41, jun. 2012, p. 87-100.

FARACO, Carlos Alberto. Apresentação de um clássico. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968]. p. 9-29.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

FREITAG, Raquel Meister Ko; MARTINS, Marco Antônio; TAVARES, Maria Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do Português Brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. **Alfa**, São Paulo, v.56, n.3, 2012, p. 917-944.

HORA, Dermeval da; PEDROSA, Juliene. L. R. (Org.). **Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba VALPB**, 5 v. João Pessoa: Idéia, 2001.

KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário S.; ALTENHOFEN, Cléo V. **Atlas Lingüístico Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)**, v. I – Introdução, v. II – Cartas fonético-fonológicas. Porto Alegre/Florianópolis/Curitiba: UFRGS/ UFSC/UFPR, 2002.



LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Tradução de Marcos Bagno, M. Marta Pereira Scherre e Caroline R. Cardoso. Rio de Janeiro: Parábola, 2008 [1972].

LABOV, William. **Principles of linguistic change**. v. 1: Internal factors. Cambridge: Blackwell, 1994.

LABOV, William. **The social stratification of english in New York City**. 2.ed. Nova York: Cambridge University Press, 2006 [1966].

LOPE BLANCH, Juan. La Sociolingüística y la Dialectología Hispánica. In: ALVAR, Manuel; LOPE BLANCH, Juan (Org.). **En torno a la Sociolingüística**. Cuadernos de Lingüística. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, Universidad Nacional Autónoma de México, 1978. p. 33-58.

LOPES, Norma da Silva; SOUZA, Constância Borges de; SOUZA, Emília Helena Portella Monteiro de (Org.). **Um estudo da fala popular de Salvador - PEPP**. Salvador: Quarteto, 2009.

LUCCHESI, Dante. A realização do sujeito pronominal. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 167-183.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Caminhos da lingüística histórica: ouvir o inaudível**. São Paulo: Parábola, 2008.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Fluxo e refluxo: uma Retrospectiva da Lingüística Histórica no Brasil. **D.E.L.T.A**, v.4, n.1, p. 85-113, 1988.

MENDES, Ronald Beline. A terceira onda da Sociolingüística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Novos caminhos da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 103-123.

MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso. Apresentação. In: MOLLICA, Maria Cecília; FERRAREZI JUNIOR, Celso. **Sociolingüística, sociolingüísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 9-12.

NASCENTES, Antenor. Études dialectologiques du Brésil. **ORBIS** - Bulletin International de Documentation Linguistique, v.1, n.1, 1952. p. 181-184.

NURC DIGITAL. Disponível em : <http://www.fale.ufal.br/projeto/nurcdigital/>. Acesso em 01 abr. 2019.

PHPB-BA. Disponível em <https://sites.google.com/site/corporaphpbba1/corpus-diferencial/lingua-falada-culta-xx-2-ufb-a>. Acesso em 01 abr. 2019.

PROJETO VERTENTES. Disponível em: <http://www.vertentes.ufba.br/1a-etapa/geral>. Acesso em 29. abr.2019

PROJETO NORMA LINGÜÍSTICA URBANA CULTA - RJ. Disponível em <http://www.nurcrj.lettras.ufrj.br/>. Acesso em 01 abr. 2019.

PROJETO VARSUL. Disponível em <http://www.varsul.org.br/?modulo=secao&id=9>. Acesso em 27. abr. 2019.

ROMAINE, Suzane. The role of children in linguistic change. In: BREIVIK, Leiv E.; JAHR, Ernst. **Language change: contributions to the study of its causes**. Berlin / New York: Mouton de Gruyter, 1989. p. 199-226.

ROSSI, Nelson. **Atlas prévio dos falares baianos**. Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro, 1963.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. 28.ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Breve histórico do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira e; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Org.). **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; UFRJ, 1996. p. 27-36.

SIMÕES, Luciene Juliano; SOARES, Simone Mendonça. Concordância nominal na fala infantil: implicações para a escola. In: ZILLES, Ana Maria Stahl; FARACO, Carlos Alberto (Org.). **Pedagogia da variação linguística: língua, diversidade e ensino**. São Paulo: Parábola, 2015. p.123-144.

TARALLO, Fernando. Por uma Sociolinguística românica "Paramétrica": fonologia e sintaxe. **Cadernos de Linguística e Teoria da Literatura**, UFMG, n. 13, p. 51-83, 1985.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

Para citar este artigo

MOTA, J. A., SILVA, A. dos R. Sociolinguística, uma disciplina histórica: retrospectiva, desenvolvimentos e aplicações. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, Crato, v. 8., n. 2., 2019, p. 11-35.

As Autoras

Jacyra Andrade Mota possui graduação em Letras pela Universidade Federal da Bahia (1961), mestrado em Letras e Lingüística pela Universidade Federal da Bahia (1980) e doutorado em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Tese de Doutorado: O /S/ em coda silábica na norma culta de Salvador. Professora concursada com a tese Vogais antes de acento em Ribeirópolis, Sergipe (UFBA, 1980). Co-autora do Livro das Aves (1965); do Atlas Lingüístico de Sergipe (1987); e do Atlas Lingüístico do Brasil (2014). Professora Associada II da Universidade Federal da Bahia. Credenciada como Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLinC) através do Programa Especial de Participação de Professores Aposentados (PROPAP). Como pesquisadora e bolsista do CNPq, atua, principalmente, nas subáreas: Sociolinguística e Dialectologia, participando dos seguintes projetos: Atlas Lingüístico do Brasil (membro do Comitê Nacional que o coordena, com a função de Diretora Executiva e Coordenadora da Equipe-Bahia), NURC (integrante do grupo que o implantou em 1970, com trabalhos na área da morfossintaxe e da fonética-fonologia).

Amanda dos Reis Silva é licenciada em Letras Vernáculas, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2012). Possui Mestrado (2014) e Doutorado (2018) em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA. Integra o Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB). Dedicar-se aos estudos lingüísticos, tratando, principalmente, de temas referentes à diversidade do Português Brasileiro, à interface fonético-fonológica da Língua Portuguesa e às teorias lingüísticas.